

O REGIME MILITAR EM CANOINHAS (SC) E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (1964-1985)

THE MILITARY REGIME IN CANOINHAS (SC) AND ITS IMPLICATIONS FOR REGIONAL DEVELOPMENT (1964-1985)

Micael Eduardo Bonfim¹
Alexandre Assis Tomporoski²

RESUMO

A presente pesquisa objetiva a construção de uma narrativa ainda desconhecida sobre as características e especificidades da implantação e manutenção do regime militar no município de Canoinhas, compreendendo o impacto da instauração e manutenção do regime militar brasileiro (1964-1985) sobre o município e suas repercussões sobre o desenvolvimento regional. Além disso, pretendeu reconstruir as trajetórias de atores sociais que se opuseram à ditadura militar, bem como identificar os grupos políticos, econômicos e sociais, ligados à elite local, que apoiaram o regime militar no município e que se favoreceram das políticas públicas implementadas em âmbito municipal durante o período. Portanto, os resultados da pesquisa e sua consequente socialização, tem o objetivo de elaboração de estratégias mais sofisticadas relacionadas ao desenvolvimento da região sob análise, através da colaboração conjunta entre academia, sociedade civil e poderes públicos.

Palavras-Chave: Ditadura Militar. Canoinhas. Desenvolvimento.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade do Contestado (UNC), Campus Canoinhas. Pós-Graduando em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale de São Paulo. São Paulo. Brasil. E-mail: micaelbonfim@gmail.com.

² Doutor em História (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC). Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: alexandre@unc.br

ABSTRACT

The present research intended to build a still unknown narrative about the characteristics and specificities of the implementation and maintenance of the military regime in the city of Canoinhas, understanding the impact of the establishment and maintenance of the Brazilian military regime (1964-1985) on the municipality and its repercussions on regional development. In addition, it intended to reconstruct the trajectories of social actors who opposed the military dictatorship, as well as to identify the political, economic and social groups, linked to the local elite, who supported the military regime in the municipality and who favored public policies implemented at the level during the period. Therefore, the results of the research and its consequent socialization, aim to develop more sophisticated strategies related to the development of the region under analysis, through joint collaboration between academia, civil society and public authorities.

Key words: Military dictatorship. Canoinhas. Development.

Artigo recebido em: 16/12/2020

Artigo aprovado em: 10/10/2022

Artigo publicado em: 27/10/2022

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964-1985), atualmente, é alvo de muitas pesquisas de cunho técnico-científico, o que reflete a relevância temática proposta, sendo que se sobressaem o aparato e as medidas de repressão que se destacaram durante o regime, bem como a censura abertamente imposta, as torturas e o grande número de desaparecimentos e assassinatos como resultado deste período turbulento para a história nacional.

Tem-se que o golpe de 1964, nas palavras de Napolitano (2014) não se deu “apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade, ainda que este fosse politicamente vago”, resultando em um processo histórico lento e desafiador, inimaginável a muitos.

A nova fase de estudos sobre a ditadura militar, que vem produzindo um vultoso número de estudos sobre a temática, foi significativamente influenciada pela

chegada da “Nova História” ao Brasil. Segundo Peter Burke, a “Nova História” diferencia-se da “tradicional” em seis aspectos.

A história tradicional dedicava-se exclusivamente ao estudo da história política, considerando-a apenas como narração de fatos e elaboração de discursos sobre grandes eventos, produzida a partir de um olhar “de cima”, utilizando tão-somente documentos oficiais e explicando o processo histórico sob a perspectiva da vontade individual dos “grandes líderes”. Além disso, a história tradicional considerava a História uma ciência objetiva. Em contrapartida, com o advento da “Nova História”, os preceitos para a consecução da pesquisa se alteraram profundamente. A partir desse novo paradigma, a preocupação incidiu sobre a história total, em que tudo é histórico e aonde a análise das estruturas possui destaque.

O pesquisador explora todos os ângulos possíveis, adotando quaisquer tipos de documentos como fonte histórica (BURKE, 1992). Desse modo, aqueles que adotaram o que se convencionou chamar de “Nova História”, buscaram a valorização do indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida”, etc. Esses atributos perpassaram a maioria dos estudos históricos realizados no período, inclusive os trabalhos que abordavam a ditadura militar, valorizando a subjetividade e o cotidiano, através de versões verossímeis que não almejam firmar-se como verdades absolutas.

A década de 1960 caracterizou-se por profundas transformações sociais e políticas, na sociedade brasileira. A chegada de João Goulart (PTB) ao cargo de Presidente da República, e sua tentativa de implementar as chamadas reformas de base, resultou em um processo de agravamento das tensões, que culminou com um golpe civil-militar, deflagrado no dia 1.º de abril de 1964, ocasionando a implantação de uma das mais longas ditaduras militares da América Latina, que vigorou entre os anos de 1964 e 1985.

As reformas de base consistiam num conjunto de medidas que pretendiam reduzir a desigualdade social e suplantam os entraves, que insistiam em manter o Brasil

no hall dos países subdesenvolvidos. Dentre essas medidas, encontravam-se: (i) a reforma agrária – a desapropriação de terras improdutivas mediante indenização – e sua distribuição entre os camponeses sem terra; (ii) a reforma urbana, que almejava controlar o valor dos aluguéis de imóveis e propiciar aos inquilinos condições para aquisição da casa própria; (iii) a reforma política, que objetivava estender o direito de voto aos analfabetos e aos sargentos das Forças Armadas.

As reformas de base incluíam, ainda, sólidos dispositivos de cunho nacionalista, tal qual a proibição de empresas estrangeiras de operarem em setores estratégicos, isto é, nos setores de energia elétrica, indústria de remédios, refinarias de petróleo e telefonia. Naquele período ocorriam, comumente, casos de empresas multinacionais que não cumpriam as cláusulas dos contratos de concessão, o que implicou na desapropriação dessas empresas pelo governo Goulart.

Por fim, (iv) a reforma da educação também integrava o conjunto das reformas de base. O objetivo consistia na ampliação do número de escolas e universidades públicas de qualidade, além de superar modelos educacionais oriundos de outros países, mediante a construção de um modelo genuinamente brasileiro, que considerasse os problemas decorrentes da realidade vivenciada no país. O projeto de transformação da sociedade brasileira, materializado nas reformas de base, era contrário aos interesses e privilégios de grupos poderosos, tanto no Brasil quanto no exterior: os latifundiários (ingentes proprietários rurais); os grandes industriais; parte da classe média urbana; os militares; e os interesses estrangeiros, especialmente dos Estados Unidos da América.

Em decorrência dessa tentativa de implantação das reformas de base, o governo brasileiro principiou a enfrentar forte resistência dos grupos privilegiados e de diversos setores conservadores da sociedade brasileira, além da oposição e conspiração organizada pelo governo dos E.U.A., inclusive através da disponibilização de apoio financeiro e militar à deflagração do golpe de Estado (FICO, 2004).

A crise política instalada no mês de março de 1964 culminou, no dia 1.º de abril daquele ano, na derrubada de João Goulart do cargo de Presidente da República e na instauração de um governo militar, que se perpetuaria no poder, impondo à sociedade brasileira, por mais de duas décadas, uma ditadura militar, infligindo a supressão das liberdades políticas, individuais, na prisão, tortura e assassinato de centenas de pessoas que se opuseram ao regime. A democracia somente foi reestabelecida em meados da década de 1980.

No que tange ao Regime Militar em Santa Catarina, importante destacar, a relevância da Obra “Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)” que relata importantes aspectos da ditadura no estado catarinense, bem como sob diferentes prismas e voltado para cada uma das regiões.

Esta pesquisa, orientada pela instrumentalização metodológica proveniente da “Nova História”, pretendeu identificar e utilizar a maior quantidade possível de fontes, permitindo, também, sua socialização e acessibilidade por outros pesquisadores. Um importante conjunto de fontes é composto pelas notícias publicadas nos jornais, que circulavam no município de Canoinhas, especialmente os jornais “Correio do Norte” e “Barriga Verde”.

Outros periódicos do período foram consultados pela internet, na ferramenta de busca da Hemeroteca Digital, via sítio eletrônico da Biblioteca Nacional. A análise sistemática dos jornais permitiu a extração de informações que propiciaram a composição de um banco de dados, o qual contribuiu para a reconstrução de características do contexto da ditadura militar (1964-1985) no município de Canoinhas.

Ademais, as mensagens dos governadores de Santa Catarina de todo o período e o levantamento bibliográfico acerca dos governadores do recorte cronológico pré-definido (Celso Ramos, 1961-1966; Ivo Silveira, 1966-1971; Colombo Salles, 1971-1975; Antônio Carlos Konder Reis, 1975-1979; Jorge Bornhausen, 1979-1982; Henrique Córdova, 1982-1983 e Espiridião Amin, 1983-1987) permitiu a reconstrução das redes políticas envolvendo os governadores catarinenses e os prefeitos do município de

Canoinhas no período delimitado: João Colodel (1961-1966); Benedito Therézio de Carvalho Neto (1966-1972); Tufi Nader (1972-1973); Alcides Schumacher (1970-1973); Alfredo Oliveira Garcindo (1973-1975); Hélio Juk (1975-1976); Paulo Eduardo Rocha Faria (1976-1977); Fábio Nabor Fuck (1982) e José João Klempous (1983-1991).

O levantamento das biografias dos prefeitos também foi realizado, buscando conexões com as oligarquias catarinenses que ocuparam o executivo estadual. Por outro lado, foram analisados os documentos publicados em nível municipal durante o período em tela em busca de indícios que indiquem uma eventual relação entre tais decisões e benefícios a determinados grupos econômicos, políticos e sociais que compunham a elite local naquele contexto.

Pretendeu-se analisar minuciosamente a Relação dos Presos Políticos em Santa Catarina durante a ditadura Militar, disponível online no site da FAED/UEDESC, com o fito de localizar nomes de cidadãos canoinhenses e cruzá-los com outras fontes – os jornais, por exemplo – visando reconstruir suas trajetórias para desvelar o cenário repressão e violência vigente em nível local.

DESENVOLVIMENTO

A cidade de Canoinhas, situada no Planalto Norte de Santa Catarina, com pouco mais de 54 mil habitantes, também vivenciou o período ditatorial brasileiro, porém, de forma velada, e poucos são os relatos e documentos encontrados acerca da questão.

O município fundado em 11 de setembro de 1911 possui colonização alemã, polonesa, italiana, japonesa e ucraniana. Em relação aos dados socioeconômicos, a cidade de Canoinhas detém renda per capita de R\$ 26.851,08 (IBGE, 2016) e um Índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,757 (ADHBR, 2010).

Um dos canoinhenses de maior destaque durante o Regime foi o comunista Aldo Pedro Dittrich, nascido aos 21 de agosto de 1926, filho de modestos comerciantes,

Adolfo Dittrich e Petronilla Rosina Castanha Dittrich, residindo durante sua infância com sua família no distrito de Marcílio Dias nesta cidade.

Ingressando na vida acadêmica em 1950, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais especificamente na Frente Operário-Estudantil. Em 1956, Aldo Pedro Dittrich é escolhido advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma, por quatro meses. Neste mesmo ano, funda o jornal “Unidade” (1956-1959), que teve um papel relevante em relação à tiragem e periodicidade. Algo de grande destaque nas edições no jornal fundado por Dittrich eram as denúncias de descaso nos direitos dos trabalhadores, com ênfase no descumprimento da obrigatoriedade de pagamento do salário mínimo (LENCINA, 2011).

O ilustre canoinhense, como diretor do jornal, solicitava aos leitores o envio de informações dos processos trabalhistas para que ele pudesse analisar e, posteriormente, publicar em sua coluna, bem como que encaminhassem denúncias acerca de quaisquer atos de violação ao direito dos operários e operárias estaduais.

Lencina (2011) corrobora as informações quando aborda esta situação em sua dissertação em que se debruça sobre a biografia de Aldo:

Aldo Pedro Dittrich, em sua coluna ‘O trabalhador e seus direitos’, que manteve por praticamente todo o período de jornal analisado (setembro de 1956 a dezembro de 1959), também se valia da literatura. Geralmente, citava autores clássicos, sobretudo, os marxistas. O objetivo de Dittrich era explicar aos operários e às operárias, de maneira clara e prática, a história de lutas da classe; os direitos trabalhistas conquistados e quais deveriam ser os rumos na busca pelo cumprimento de seus direitos e pela obtenção de novos benefícios (LENCINA, 2011, p. 89).

Destarte, o Jornal “Unidade” concebeu-se como um verdadeiro instrumento de denúncia acerca das violências sofridas pela classe trabalhadora, graças à atuação de Dittrich, seja junto ao sindicato de Criciúma como advogado ou enquanto redator, diretor e colunista de jornal. Todavia, ao ser reconhecido como o advogado que “comprava briga” dos operários e operárias, Dittrich começou a ser visto com maus

olhos por muitos políticos do alto escalão catarinense, inclusive pela família Borhausen e demais correligionários da UDN (LENCINA, 2011).

Geci Galotti Varela Dittrich, esposa de Aldo, era conhecida locutora da Rádio Difusora e teve importante papel na fuga do casal, bem como para escapar das prisões logo após a deflagração do Golpe de 1964, tendo em vista a influência que possuía junto a amigos da Corte da Justiça catarinense e que não eram aliados ao regime.

Geci, desta forma, teve a missão de dissipar qualquer indício da relação do casal Dittrich com o Partido Comunista Brasileiro. Os relatos contidos trazem à tona que Geci escondeu dentro de uma “boneca de pano” todos os documentos que “incriminavam” o casal, bem como são lançados no poço da casa de Criciúma todos os livros de Karl Marx e demais obras de cunho marxista.

Ainda, com a ajuda do vizinho, Miguel Santos Patrício, busca refúgio na casa da família Dittrich no distrito de Marcílio Dias em Canoinhas/SC, levando poucos objetos pessoais, a exemplo de roupas e documentos e o que mais chama a atenção, o papagaio de estimação dos Dittrich, chamado “Brizola”.

Porém, ao desembarcar no planalto catarinense, o Exército já havia sido informado da intenção de Geci e invade, abruptamente, a residência da família em Marcílio Dias, levando a esposa de Aldo a passar por grande número de interrogatórios e ficar sob constante vigilância policial.

Sobre a invasão da casa da família Dittrich, quem descreve esta situação é a médica anesthesiologista, Dra Adair Dittrich, irmã de Aldo, e que em entrevista ao Jornal Correio do Norte em 2014, rememora que ninguém podia entrar ou sair da vila de Marcílio Dias. Naquele dia, esta tinha duas pacientes a atender no hospital, e mesmo assim foi impedida de sair de casa. Único direito destacado na fala de Adair é acerca de “um telefonema, sob vigilância severa, para pedir que outros funcionários fizessem as observações nas pacientes”.

Recorda, ainda, a casa da família sendo tomada pelos militares, procurando alguma prova para incriminar o casal de fugitivos, deixando um rastro de destruição

pela residência. Embora não tenham machucado fisicamente seus moradores, Adair ressalta a “agressão dos sentimentos”, sendo que a mãe de Adair, Dona Petronila, emudeceu depois de um grito de dor, sofrendo um infarto. Já em relação ao pai, Adolpho, este sofreu um mal súbito, caindo e fraturando um dos braços, em um local próximo de onde tinha um câncer, debelado havia seis anos, falecendo 18 meses depois da situação.

Outrossim, Adair, evidencia que foi perseguida de modo peculiar na profissão, enquanto os outros funcionários percebiam justamente seus salários, ela não recebia os honorários que merecia. O que ela vivenciou na pele é reflexo do tripé: vigilância – censura – repressão, que foram aspectos estratégicos da máquina repressiva, com destaque para a vigilância. A produção de informações acerca dos grupos e movimentos sociais, instituições e grupos políticos, bem como dos cidadãos comuns, evitariam surpresas para o governo e que poderiam, no futuro, produzir a culpabilidade dos vigiados (NAPOLITANO, 2014).

O que denota atenção é o apoio da Ordem Religiosa Franciscana ao casal Dittrich, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, tendo em vista que a Igreja Católica, nos primórdios do Regime Ditatorial era uma de suas veementes apoiadoras, embora tenha se tornado com o decorrer do tempo, uma das, senão, a maior de suas críticas.

Extrai-se de Lencina (2011) que:

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o ateu Dittrich é protegido pela Ordem Religiosa Franciscana, localizada em Viamão, cidade próxima a Porto Alegre. Posteriormente, pelas mãos da Irmã Nívea e da Madre Albertina, duas franciscanas do então Colégio Sagrado Coração de Jesus (em Canoinhas), chega uma carta do foragido para sua apreensiva família. Depois de algum tempo, sua companheira vai ao seu encontro (LENCINA, 2011, p. 128),

As supracitadas irmãs tratam-se da Madre Superiora Maria Albertina Bishop e Irmã Maria Nívea Holsbach, faziam parte do Corpo Docente do Colégio Sagrado

Coração de Jesus, bem como pertenciam à Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora, e que até o momento hodierno possuem casa de missão no município.

A Dra. Adair Dittrich em uma de suas crônicas intitulada “Dias negros que quero esquecer” relata a importância das Irmãs Franciscanas no apoio à família:

Mais as nossas Irmãs Franciscanas por nós fizeram naqueles dias cinzentos. Porque elas me conheciam e conheciam a minha família e não tiveram medo de se solidarizar com as nossas angústias. Alguns meses depois, com Madre Albertina e mais outra freira, seguimos rumo ao Rio Grande do Sul. Creio que elas me acompanharam nesta viagem, como minhas santas guarda-costas de hábito marrom. Deixei-as na casa delas em Passo Fundo e, com os parentes de Irmã Nívea, a Porto Alegre segui ao encontro de meu mano. As Irmãs queriam que num convento da capital gaúcha, do qual era superiora uma prima de Madre Albertina, o meu irmão ficasse albergado. O que ele não aceitou, claro! Mas desde então as duas Madres trocavam cartas com muito mais assiduidade. Porque dentro delas seguiam as que mandávamos para o meu irmão e as que dele recebíamos (DITTRICH, 2018, on-line).

Cabe destacar que em um de seus retornos do Rio Grande do Sul ao município de Canoinhas, Irmã Nívea³ se envolve em um grave acidente de trânsito vindo a óbito

³ Irmã Maria Nívea Holzbach. Viveu a Irmã Nívea mais de trinta anos no Colégio Sagrado Coração de Jesus em Canoinhas, Santa Catarina. Aí criou uma obra toda sua, dedicada só a Deus. Educou moral, cívica, cultural e socialmente muitas crianças e adolescentes que tinham a alegria de acercar-se dela. Ajudou a criar lares felizes. Orientou todos os que necessitavam e desvelou-se em amor e carinho aos pobres e doentes. Deu tudo de si às gerações que por ali passaram. Teve como lema: “Viver o momento presente para construir, já neste mundo, o Reino de Deus”. Foi uma alma nobre que se distinguiu das demais pela jovialidade, pela alegria radiante, pela dedicação à vida comunitária, pela exuberante criatividade na liturgia, pelo admirável espírito de abnegação e amor à Comunidade, à Província, à Congregação, à Igreja. Tudo para ela tinha sentido. Admirava a beleza do céu estrelado, encantava-se com a mais singela flor, extasiava-se diante do cantar dos pássaros – LINGUAGEM DO AMOR IMENSO DE DEUS. De constituição física franzina, delicada, porém sadia, poderia viver muitos anos. Seu zelo apostólico a impelia a trabalhar nas Missões do Nordeste do Brasil. Para isso fora preparar-se, frequentando o curso em Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Já há seis meses se achara afastada da sua comunidade – Canoinhas. Ansiosamente esperava as férias para rever as suas co-Irmãs, o seu colégio que tanto amara e amigos queridos. Isto porém não aconteceu. A tão esperada Irmã Nívea não voltou mais. Na viagem de retorno foi vítima de um acidente de trânsito, morrendo instantaneamente com fratura no crânio, na face, na espinha dorsal. DEUS A QUIS PARA SI. Devido à distância de Nova Petrópolis, onde se dera o acidente, três horas distante de Porto Alegre. RS, seu corpo foi levado a Getúlio Vargas, sua terra natal, onde descansa no jazigo de seus familiares, ao lado de seu pai que

já no local do sinistro. O que chama a atenção são as pouquíssimas informações acerca do acidente. Levanta-se a hipótese de eventual acidente forjado, visto que durante o período ditatorial muitos acidentes eram utilizados apenas para dar cabo à investigados ou considerados subversivos, inclusive muitos religiosos (SOUZA, 2016).

Neste aspecto, destaca-se Wassoaski (2015):

No interior, o vigário e o prefeito faziam as vezes de delatores do regime. Em Canoinhas não era diferente. O ex-prefeito Alcides Schumacher conta que, durante seu governo (1970-1973), recebia visitas de militares pedindo informações sobre supostos subversivos. “A pressão foi muito grande, no sentido de obter informações de pessoas da comunidade. **Eles queriam saber sobre educação, professores, diretores e também sobre religiosos**”, conta. Quando não aparecia um militar em seu gabinete, vinha um formulário para Schumacher preencher com os nomes dos contrários ao regime que poderiam influenciar a população. “Mas eu resisti. Saí-me bem, não prejudiquei ninguém”, afirmou em entrevista ao jornal Correio do Norte (WASSOASKI, 2015, p. 172). [Grifo nosso]

O ex-prefeito Alcides Schumacher, que se consagrou prefeito de Canoinhas durante a época mais repressiva do regime, relembra que durante seu governo (1970-1973), era visitado por alguns dos militares que lhe pediam informações acerca de eventuais canoinhenses, tidos como subversivos pelo regime militar. Relata que “a pressão foi muito grande, no sentido de obter informações de pessoas da comunidade. Eles queriam saber sobre educação, professores, diretores e também sobre religiosos”.

Reconta ainda que “quando não aparecia um militar em seu gabinete, vinha um formulário para Schumacher preencher com os nomes dos contrários ao regime que poderiam influenciar a população”, embora informe que não tenha delatado ninguém.

tanto estimara. Para nós a Irmã Nívea é uma presença. Seu testemunho de amor fraterno, de vivência evangélica, nos acompanha passo a passo. Seu exemplo de fidelidade nas coisas mínimas nos fala de Amor, do Reino, do Eterno. “Uma flor cortada continua perfumando” Tudo o que brota de um coração que ama, eleva, enobrece, cativa. Assim a vida de Irmã Nívea nos cativou. A ela a nossa gratidão por tudo o que foi e que fez por nós. Pedimos a ela que nos ajude a conseguir o que ela conseguiu: “doação constante “a vida de comunitária; amor imenso a Província; interessa carinhoso pela Congregação; zelo crescente pela Igreja; união íntima com Deus pela oração” (Fonte: Jornal Correio do Norte, 21 de setembro de 1974).

O professor e historiador Fernando Tokarski, em entrevista, relata que “toda a cidade tinha olheiros. Aqui (em Canoinhas) quem fazia esse papel era a própria Polícia Militar”.

Neste ínterim, pelo pouco que se conseguiu apurar acerca dos passos do casal Dittrich, é que viveram na clandestinidade durante os anos de 1964 a 1975, interrompendo assim, suas atividades profissionais, migrando de cidade em cidade. Por inúmeras vezes, encontraram refúgio com parte da Igreja Católica e pelo próprio partido comunista que chegou a enviá-los à União Soviética em 1970, garantindo a sobrevivência deles.

No ano de 1974, as fontes apontam o retorno do casal ao país, sendo que em 1975, Aldo é preso, e o casal já não possuía mais auxílio do partido comunista para conseguir evitar as situações adversas. Destaca-se que em consulta aos arquivos da Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República, Aldo Dittrich possuía alguns codinomes de identificação: “Alfredo, Marcílio, Prado, Ivo, Roberto dos Santos, José Luis Falcão e Antônio Dias Pereira” (LENCINA, 2011).

Sobre a prisão de Dittrich, importantes informações oriundas de um dos processos movidos por ele, é destaque na dissertação de Lencina (2011):

De acordo com as informações oriundas do processo movido por Dittrich no Estado do Paraná, com a finalidade de comprovar sua condição de preso político e, por direito, solicitar indenização, em 12 de setembro de 1975, ele é capturado em um ponto de ônibus em Curitiba e levado para um quartel desativado, onde por dois dias sofre sessões de tortura. Após esse período, é conduzido, no porta-malas de um veículo, até a cidade de São Paulo e encarcerado nas dependências do DOI- CODI, onde também sofre torturas. Em vista dessas constantes violências, por volta de vinte dias permanece internado no Hospital de Clínicas, na capital paulista, com um policial observando-o em tempo integral. Entretanto, como se recupera e recebe alta médica, ele é transferido para as dependências do DOI-CODI, da Rua Tutóia, em São Paulo (LENCINA, 2011, p. 136).

Sobre esta situação, a irmã de Aldo, relembra que ele foi lançado em um Fusca militar, entre os bancos traseiros e os bancos do motorista e o carona, ficando com a face no piso do carro e mãos amarradas atrás do corpo. Relata ainda, em entrevista concedida ao jornal Correio do Norte que “além dos buracos sentidos nas estradas que ainda não eram pavimentadas, Aldo aguentou nas costas, durante a viagem, os pés dos militares. Maior humilhação, ali, não haveria” (CORREIO DO NORTE, 2014).

No natal de 1975, Dittrich sai da prisão, sob a condição de se apresentar mensalmente ao DOPS/SP, e retorna já em 1976 à terra natal Canoinhas, junto com a esposa Geci e a filha adotiva do casal, Karin Aline. Todavia em 1977, após ser julgado acerca das acusações de crime contra a Segurança Nacional, é absolvido.

O jornal “Correio do Norte” em 2014 sublinha em uma de suas matérias a queima de arquivo realizada no 3º Batalhão da Polícia Militar de Canoinhas:

Há poucos anos, numa tarde fria de inverno, uma fogueira levantou alto nos fundos do 3º Batalhão de Polícia Militar de Canoinhas. Sob ordens superiores, um soldado queimou o que restava de documentos produzidos pelo quartel sobre os investigados de subversão durante o ápice da Ditadura Militar no Brasil. Viraram cinzas os relatos de um dos momentos mais obscuros, mas não menos importantes de nossa história (CORREIO DO NORTE, 28 mar. 2014, on-line).

Os jornais, sempre tiveram papel importante na formação de opinião do senso comum. Na ditadura não foi diferente, grandes jornais impressos como O Globo, entre outros, levaram à população as notícias acerca da implantação do Regime, dando destaque à falsa ideia de retomada econômica e reestabelecimento da democracia ante a suposta revolução comunista que estaria em trânsito no país.

Maria Helena Capelato leciona que os jornais constituem-se em importante fonte para a pesquisa histórica, dado que podem se tornar armas fundamentais na contenda política e na obtenção de “corações e mentes”. Por meio deles, é provável

resgatar interesses, paradigmas e momentos de luta, contribuindo, assim, para a proliferação da notícia e da história (CAPELATO, 1988).

Ao site de notícias Jmais, Adair Dittrich, que à época da ditadura também escrevia para o extinto jornal Barriga Verde, recorda de uma situação um tanto inusitada e que demonstra como as publicações jornalísticas eram acompanhadas pelos militares. Adair havia escrito uma matéria em que indagava como estudariam as crianças que completassem o primário na Escola Manoel da Silva Quadros, já que a Escola estava prestes a encerrar o ensino fundamental.

A supracitada matéria gerou grande polêmica e repercussão, tanto é, que foi republicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, causando problemas judiciais a Avani, irmã de Adair e diretora da escola. “Ela não tinha nada a ver com isso, a matéria era de responsabilidade do jornal, mas como estávamos na época da ditadura, (...)” recorda Adair.

Carlos Fico (2004) leciona que não houve apenas uma censura durante o regime ditatorial, mas duas. A da imprensa diferenciava-se censura de diversões públicas, enquanto que a primeira era “revolucionária”, ou seja, não regulamentada por normas ostensivas, a outra era antiga e legalizada, existindo desde 1945 e sendo familiar aos produtores de teatro, de cinema, aos músicos e a outros artistas (FICO, 2004).

Em Canoinhas, o Jornal Barriga Verde de 2 de abril de 1964 trazia a manchete: “Voltou o Brasil à liberdade! Vitoriosa a democracia”, enquanto que o Jornal Correio do Norte trazia que o Brasil havia voltado à normalidade.

Destaque ainda, ao texto publicado pelo Correio do Norte, que pertencia à época ao deputado Aroldo Carneiro de Carvalho, que até então era da UDN, em que trazia que

A nação brasileira que vivia num clima de insegurança, apreensões e incertezas, foi sacudida nas primeiras horas de terça-feira última pelo vigoroso movimento militar, apoiado desde o início, pelos governadores Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Ademar de Barros, de São Paulo, Ney

Braga, do Paraná, Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul, e Carlos Lacerda, de Guanabara, que visava única e exclusivamente, recolocar o país no clima de ordem, paz e trabalho, que sempre foi seu apanágio (CORREIO DO NORTE, edição 775, 4 de abril de 1964)

Mais tarde, quando restou a existência de dois partidos permitidos pelo regime, Aroldo filiou-se ao partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto que Acácio Pereira, sócio majoritário do concorrente Barriga Verde, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O próprio jornal Correio do Norte reconhece que durante a ditadura esteve a favor do regime, em edição de 2014:

Correio do Norte ignorou os desmandos da ditadura, considerando que Carneiro estava no partido dos militares, o Barriga Verde chegou a fazer algumas tentativas de resistência. Um poema do historiador Fernando Tokarski, publicado em 1974, no auge da repressão, demonstra muito bem isso. Em geral, ambos seguiram a tendência de alienação da grande imprensa (CORREIO DO NORTE, 28 mar. 2014, on-line).

O Jornal Correio do Norte aborda também a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 27 de maio de 1964, cujo evento foi organizado pelo próprio prefeito à época, João Colodel, onde centenas de moradores saíram de suas casas em apoio ao governo instalado no país e era semelhante a outros convocados em várias cidades do Brasil (CORREIO DO NORTE, 1964).

O ex-prefeito Alcides Schumacher, em entrevista, rememora que “houve apoio financeiro, por meio de doações de joias de senhoras da sociedade” para a realização do evento, e que segundo o CN, era uma honraria ao regime instalado e “que apontou à Nação nossos patrícios que agiam clandestinamente contra o nosso país sob a égide do Partido Comunista” (CORREIO DO NORTE, 1964).

Hoje já falecido, o ex-prefeito Schumacher relata que, inclusive, chegou a enfrentar os militares, pois havia entrado com um processo judicial contra o Estado com o fito de receber dividendos do Imposto sobre Vendas e Conciliações (IVC). Disse,

ao ser entrevistado pelo Correio do Norte em 2014, que recebeu pressão por parte de um general do Exército para retirar o processo. A ameaça falava em consequências, caso não o fizesse, mesmo assim o processo seguiu seu trâmite, e anos depois, viriam os valores pleiteados (CORREIO DO NORTE, 2014).

O jornal Correio do Norte, edição 777, de 18 de abril de 1964, destaca a ausência de congratulações por parte da Câmara de Vereadores e/ou do Poder Executivo de Canoinhas ao novo presidente da República Castelo Branco. Aponta como “lamentável o ocorrido”, porém enfatiza que ainda estava em tempo de mostrar aos líderes revolucionários que a democracia de Canoinhas estava “ativa em defesa dos postulados mais sagrados do povo brasileiro – a eterna liberdade” (CORREIO DO NORTE, 1964).

Um dos vereadores de Canoinhas à época da ditadura, Alinor Pereira, em entrevista, retrata a ditadura como uma doença, “fui vereador na época da ditadura. Tínhamos medo dessa doença chamada ditadura”, relata (DIÁRIO DO PLANALTO, 2019).

A ARENA foi um partido criado para abrigar os políticos que sustentavam a ditadura e diziam-se comprometidos com a “revolução de 1964”, apesar das admitidas dificuldades em reunir forças tradicionalmente opostas. Em Canoinhas não foi diferente, infere-se do Jornal Correio do Norte os nomes daqueles que compunham o diretório do partido do município:

Formada a ARENA municipal: Presidente: João Seleme, Vice-presidente: Albino R. Budant, Secretário Geral: Edmund Bittencourt, Vogais: Agenor Vieira Corte, Dr. Saulo Carvalho, Hugo Peixoto e Tufi Nader, Conselheiros: Nilton José Bayestorff, Alfredo de Oliveira Garcindo e Douglas Benkendorff, Suplentes: Galdino F. Fuck, Rimón Seleme, Irineu Gonzaga. Representantes nas Convenções Regionais: Paulo Henrique Rocha Faria e Saulo Carvalho. Comissão Diretoria Municipal: Ney Pacheco de Miranda Lima, Nilton José Bayestorff, Pedro dos Santos Corrêa, Deputado Henrique Rocha Faria, Albino Raul Budant, Agenor Vieira Corte, Nicolau Fernandes, Miguel Procopiak, Paulo Eduardo Rocha Faria, Ademar Schumacher, Waldomiro Bubniak, Nivaldo Roeder, João Seleme, Dr. Saulo Carvalho, Hugo Peixoto, Tufi Nader, Alfredo de Oliveira Garcindo, Douglas Benkendorff, Rimón Seleme, Irineu

Gonzaga, Guilherme Prust, Evaldo Zipperer, José Tokarski e Michel Seleme, Aziz José Seleme, Rubens R. da Silva, Basílio Humenhuk e Luiz Freitas (CORREIO DO NORTE, Edição 887 de 16 jul. 1966).

O Diretório Municipal do partido, bem como a presidência estadual era liderada por empresários influentes e proprietários de grandes empresas, e com isso geriam o poder executivo municipal. Desta forma, pôde atuar, concomitantemente, tanto no setor privado quanto no setor público, o que desencadeou em um sistema de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral, e que permaneceu no cerne de todo o período ditatorial (BRANCHER; LOHN, 2014).

No final de 1975, muitos catarinenses foram sequestrados pelo regime civil-militar. Tinha início a maior intervenção militar de ataque aos opositores desde o prelúdio do Golpe Militar de 1º de abril de 1964, denominada Operação Barriga-Verde. Ao todo, 42 pessoas foram presas, interrogadas e torturadas, acusadas de terem relações com o Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina e considerados um perigo à estabilidade do governo.

A Ordem dos Advogados do Brasil e o MDB constituíram-se em importantes instrumentos para a efetiva denúncia acerca dos atos perpetrados durante a operação Barriga Verde, porém políticos governistas e representantes do poder civil-militar no estado contestam os atos realizados, diga-se de passagem, à revelia da lei.

Acerca da economia, durante o período ditatorial:

o Estado promoveu uma ampla intervenção na economia, acionando os instrumentos de políticas fiscais, monetárias e cambiais e, por meio da ampliação das suas funções produtivas e reguladoras, investindo nas estatais ou aparelhando os ministérios e autarquias, dando-lhes poderes para definir e orientar os rumos da economia e da sociedade (BRANCHER; LOHN, 2014, p. 208).

No município de Canoinhas, não se percebe qualquer diferença com o que ocorreu em outras partes do estado, ressalte-se que entre 1964 e 1984, a economia

catarinense integrou e consolidou seu parque industrial com o fortalecimento das especializações regionais e da diversificação das estruturas produtivas. O município de Canoinhas fortaleceu e ampliou a produção e comércio de madeiras e derivados (papel e celulose), tornando-se durante o mandato de Alcides Schumacher (1970-1973) uma das 10 maiores economias do estado. Por outro lado, a questão social sempre foi caótica:

Se, por um lado, os grupos empresariais catarinenses tiveram um excelente desempenho durante a ditadura militar, por outro, os resultados sociais não acompanharam o mesmo ritmo do crescimento da economia. Mesmo apresentando indicadores sociais melhores do que muitos estados brasileiros, inclusive acima da média nacional, a desigualdade e a injustiça social também foram uma marca em Santa Catarina, que mantém características próprias do subdesenvolvimento latino-americano. O ritmo acelerado de crescimento também entrou em descompasso com o social na terra barriga-verde. No final da ditadura, todos os indicadores sociais eram muito ruins no estado (BRANCHER; LOHN, 2014, p. 214).

No que tange ao desempenho econômico e social do município durante a ditadura militar seguiu os passos de Santa Catarina: apostando no crescimento econômico, todavia com alta taxa de exclusão social.

Durante o período, o governo estadual investiu na região, vultosos recursos com o propósito de modernizar a estrutura agrária e social do meio rural, destaca-se a visita do governador Colombo Machado Sales, que permaneceu na cidade de Canoinhas, por três dias, ouvindo as demandas dos prefeitos de Canoinhas e das cidades vizinhas, como uma aposta no modelo de descentralização da administração do governo.

Não se pode negar que o desenvolvimentismo trazido pela ditadura militar resultou em um alto custo social, o salário mínimo, por exemplo, teve uma perda real de 25% entre 1964 e 1966 e 15% entre 1967 e 1973 (NAPOLITANO, 2014).

Ainda, pode-se afirmar o crescimento populacional de Canoinhas durante a permanência do país sob o regime ditatorial. Extrai-se que, no ano de 1960, estima-se que Canoinhas possuía aproximados 28.066 habitantes. No entanto, em 1980, tal população contava 47.272 habitantes, e, por conseguinte, em 1991, 55.229 habitantes eram a população estimada.

Ao mencionar o crescimento da população, em sequela, leva-se a analisar a conjuntura urbana da cidade, que por sua vez, projetou durante o início dos anos 70 a criação do distrito do Campo d'Água Verde, levando a vinda de moradores das áreas rurais do município. Napolitano (2014) aborda que o período foi o responsável por um dos mais dramáticos e súbitos casos de êxodo rural de toda a história e que hodiernamente, os municípios pagam o preço deste déficit social, que resultou na fragilidade das moradias para a população hipossuficiente e vulnerável, a ampliação dos bairros populares e o aumento da criminalidade e violência nestas áreas.

Traz ainda que, a democracia não teve a competência de retroceder o quadro social de desigualdade amplamente implantado pelo regime ditatorial, pois os interesses econômicos “por trás desta catastrófica “espoliação urbana” pouco foram atingidos na transição entre ambas”. (NAPOLITANO, 2014).

Em relação à educação, esta foi no governo ditatorial um dos aspectos de amplificação dos ideais e paradigmas apostados pelos militares, asseverando o controle pedagógico como uma das ações mais contundentes. No estado, muitos foram os casos da intervenção do regime e controle de tudo o que era ensinado nas salas de aula, visando à “guarda e formação da moral, da religião e do patriotismo”.

O período ditatorial trouxe mudanças significativas na legislação do ensino educandário nacional. Desde os anos 30, os cursos vinham sendo modificados, tendo seu ápice nos anos 70 em pleno regime militar, por força das mudanças políticas e quanto à educação pelas determinações da legislação educacional que passou a vigorar no período.

O Colégio Sagrado Coração de Jesus, administrado pela Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora foi também alvejado pelos anseios progressistas do regime nos anos 1970.

Como exemplo, as atividades do Mobral⁴ não faziam parte dos projetos de trabalhos no Colégio, porém foram atentamente observados pelas alunas do Curso Normal e, em meio à crença na educação escolar como condição para o desenvolvimento, especialmente pelo combate ao analfabetismo, foi analisado pelas normalistas, em artigo publicado pelo Jornal Correio do Norte em 1974, conforme se transcreve:

O bê a bá na hora H. POLEGAR DA SILVA! Deixa de ser uma simples impressão digital. Valoriza-se. Integra-se. Torna-se mais gente. Liberta-se da teia do não saber nada e atinge a simplicidade de um pouco saber! É um coração que palpita mais esperanças imaginando um amanhã melhor! A noite da ignorância se dissipa e dá lugar a luz do conhecimento. Atrás ficaram as garras oprimentes do analfabetismo; à frente mãos bondosas se lhe estendem conduzindo integração. Um Brasil consciente de homens conscientes. Um novo Brasil. O governo se lança, à tarefa de integrar na vida econômica e social do país, uma legião de parias: 'Nossos vinte milhões de analfabetos adultos.' Canoinhas caminha também a passos largos para a realidade deste grande movimento. Já são 240 alfabetizados que melhor se integrarão na comunidade. Admiramos o espírito de civismo e humanidade dos colaboradores canoinhenses, pois estamos convencidos que as pretensões do MOBREAL são os meios elevados e se relacionam com o problema fundamental dos pais. Cremos que 20 através da alfabetização funcional e educação continuada poderemos em menor prazo possível e da maneira mais objetiva ajudar os analfabetos que vivem praticamente marginalizados, colocando-os dentro de uma faixa de maior produtividade. Confiamos nesta gente, lutando conosco para a construção de um Brasil de maior desenvolvimento. (Alunas do 2º. Normal A – Disciplina: Sociologia. Jornal Correio do Norte, jun. 1974).

Ainda sobre a educação no município de Canoinhas, em paralelo aos acontecimentos impostos pelo regime, destaca-se como algo bastante promissor, a

⁴ O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi um órgão do governo brasileiro, instituído pelo decreto nº 62.455, de 22 de Março de 1968, conforme autorizado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 durante o governo de Artur da Costa e Silva na Ditadura Militar.

formação de professoras pelo Colégio Sagrado Coração de Jesus, e que, de certa forma, anuiu à ascensão de elementos da elite da época. A maioria dos alunos do Curso Normal para formação de professores era do sexo feminino e que no ápice tinham o status demonstrado, pela progênie das famílias tradicionais da cidade e da região e possuíam a garantia de ingresso e ascensão no mercado de trabalho, sendo que “a educação podia se voltar para a formação conforme o discurso e a determinação de outros valores sociais impostos pela política social e educacional da época” (LIMA, 2006).

Com o prelúdio do regime, muitas cidades adotaram o projeto “Uma bandeira para cada sala”, onde as salas de aula da época apresentavam uma bandeira ao lado da mesa do professor, onde era comum a homenagem cívica, assim como no pátio da escola, antes do ingresso das crianças nas salas de aula. Em Canoinhas, o projeto teve apoio do Rotary Club, conforme nota de agradecimento do Executivo Municipal publicado pelo Jornal Correio do Norte (CORREIO DO NORTE, Ed n. 1066, de 28 fev. 1970).⁵

Ainda, tal projeto contou com apoio de algumas das indústrias da cidade, no que tange à doação de pavilhões para a realização do projeto supracitado, sendo Wiegando Wiese de Marcílio Dias e Irmãos Zugman, ainda destaca a participação no projeto do Lions Club (Jornal Correio do Norte, Ed. 1.053 de 22 de novembro de 1969).

Por fim, cabe destacar que o conhecido professor Pedro Penteado do Prado, em seu livro autobiográfico “Mácula”, rememora como se deu seu sequestro e tortura nos estabelecimentos militares durante o regime. Porém, ressalta-se que tais torturas sofridas não ocorreram em Canoinhas, pois a família mudou-se para Curitiba já

⁵ O prefeito municipal de Canoinhas, Sr. Alcides Schumacher, vêm de público agradecer ao Rotary Club de nossa cidade, pela valiosa colaboração para a patriótica campanha “Uma bandeira para cada sala de aula”, compreendida em numerário, NCr\$ 1.000,00 e os mastros doados pelo rotariano Sr. Nivaldo Roeder, o que possibilitou juntamente com os poderes públicos o total êxito da campanha. Assim já no próximo mês serão entregues todas as bandeiras em todas as escolas do nosso município. Gabinete do Prefeito, em 19 de fevereiro de 1970.

como maneira de se desvencilhar das “garras” do regime em Santa Cecília, por isso deixa-se de fazer uma análise mais aprofundada neste momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a presente pesquisa pretendeu elaborar um apanhado de informações, formando uma narrativa acerca das características e especificidades da implantação e manutenção do regime militar em Canoinhas. A articulação dos resultados, obtidos em nível regional, com debates realizados no cenário estadual e nacional, permite-se a inserção de Canoinhas e do Planalto Norte Catarinense no circuito acadêmico que se dedica a pesquisar e interpretar o período ditatorial brasileiro.

Especificamente, para a região e para o município de Canoinhas, a presente pesquisa pretendeu contribuir para a amplificação da capacidade interpretativa sobre os acontecimentos relacionados ao regime militar, e, particularmente, auxiliar na compreensão do impacto da ditadura militar sobre o desenvolvimento regional.

Destaca-se como resultado da pesquisa, a trajetória do comunista Aldo Pedro Dittrich e de sua esposa Gecy, que viveram o fatídico regime de forma bastante conturbada, como fugitivos dos militares, recebendo apoio principalmente das redes de apoio, inclusive da Igreja Católica através da Ordem Franciscana Regular e principalmente, da Congregação das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria Auxiliadora em Canoinhas.

Ainda, através de entrevistas dadas pela irmã de Aldo, Adair Dittrich, pode se delinear pontos cruciais do regime no município, bem como aspectos pessoais e profissionais trazidos na memória dos atores sociais.

Outrossim, considera-se que o período em questão trouxe a ideia do desenvolvimentismo, porém fez pouco caso da questão social, o que resultou em

inúmeros impactos para a população dos municípios, inclusive Canoinhas, e que ainda hoje, refletem-se na precariedade social vivida pelas classes mais vulneráveis.

Não obstante, identificaram-se os atores sociais envolvidos no introito do partido ARENA no município, sendo que, em análise de suas biografias, tratam-se de importantes nomes do empresariado da região e que estavam ligados à oligarquia municipal e que movimentava a elite canoinhense à época.

REFERÊNCIAS

BARRIGA VERDE. Canoinhas: edições de 1964 a 1986.

BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. (orgs.) **Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CORREIO DO NORTE. Canoinhas: edições de 1964 a 1986.

CORREIO DO NORTE. **As marcas do golpe militar**: Canoinhenses contam como sentiram a mão pesada dos militares durante o regime que durou quase 21 anos. Canoinhas, 2014. Disponível em: <https://medium.com/@cnonline/as-marcas-do-golpe-militar-f27366c487b1>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DIÁRIO DO PLANALTO. **Aos 87 anos, morre ex-vereador de Canoinhas Alinor Pereira**. Canoinhas, 2019. Disponível em: <http://www.diariodoplanalto.com.br/aos-87-anos-morre-ex-vereador-de-canoinhas-alinor-pereira-1.2174860>. Acesso em: 11 dez. 2020.

DITTRICH, Adair. **Dias negros que quero esquecer**. (Crônica). Canoinhas, 2018. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/dias-negros-que-quer-o-esquecer/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

JMAIS. **Medicina, ditadura, literatura e a Canoinhas do Passado**. (Entrevista com Adair Dittrich). Canoinhas, 2018. Disponível em: <https://www.jmais.com.br/adair-dittrich-fala-de-medicina-ditadura-literatura-e-a-canoinhas-do-passado/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LENCINA, Daiana Castoldi. **Camarada Aldo Pedro Dittrich [dissertação]: trajetória profissional, política e repressão (1950-1964)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

LIMA, Henrique Alves de. **O curso normal do Colégio Sagrado de Jesus de Canoinhas e a formação de professoras nas décadas de 1970 e 1980: concepções de educação e saberes**. 2006. Dissertação (Mestrado). Curitiba, 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Eliton Filipe de. **Memórias da Operação Barriga Verde: A caça aos comunistas em Santa Catarina**, a. 7, n. 11, 2016.

TOMPOROSKI, A. A. (org.) **Canoinhas em dados socioeconômicos: 2019/2020** [recurso eletrônico]. Mafra, SC: Ed. da UNC, 2019.

WASSOASKI, Edinei. A ditadura nos Jornais Barriga Verde e Correio do Norte. In: **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 50, p. 143-198, 2015.